

Lei 869/1952 DESIGNO “ex-offício” o servidor Washington Souza Santos - MASP. 1.140.xxx-2, para atuar como Defensor Dativo do processado, no intuito de acompanhar as oitivas das testemunhas e em caso de indiciamento, apresentar alegações finais de defesa, com vistas a contemplar o direito de ampla defesa e contraditório em respeito ao devido processo legal. Desta forma, fica intimado o processado abaixo relacionado pelo presente mandado. INTIMADO MILANO ROCHA SANTOS - MASP 1.172.900-1.

Unai-MG 27 de junho de 2024  
Ednilson Pereira Viana  
Masp: 1.341.003-0  
Presidente da Comissão

27 1958581 - 1

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

A Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 018/2023, Juliana Gonçalves Cherin, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 018/2023, publicada no Minas Gerais de 11/05/2023, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o ex-prestador de serviços Wanderson Janeti Machado, Masp: 1.355.531-3, no prazo de 10 dias úteis, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente tomar conhecimento e comparecer diante das audiências de oitivas de testemunhas e interrogatório próprio, no dia 06/08/2024, das 09:00h às 12:00h, visando participar dos atos instrutórios do processo, que ocorrerão na modalidade virtual, através da plataforma digital “Google Meet”, e que poderá obter os links de acesso para as salas de reunião através de contato com a Comissão Processante, por intermédio do endereço eletrônico corregedoria.regional5risp@gmail.com, e assim exercer amplamente direito de defesa e contraditório para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduzida que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos artigos 216, incisos V e VI, c/c artigos 245, e 246, inciso I, com incidência no artigo 250, incisos I, II e V, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Legal c/c artigos 3º e 4º do Decreto nº 47.788/2019; sob pena de REVELIA.

Uberaba, 02 de julho de 2024  
Juliana Gonçalves Cherin  
Masp: 1.377.979-8  
Presidente da Comissão Disciplinar

02 1960729 - 1

#### RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1377, DE 08 DE JULHO DE 2024.

Constitui a comissão de monitoramento e avaliação destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP com as organizações da sociedade civil - OSCs, destinadas às custódias alternativas, quais sejam, Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs e Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC. O SECRETARIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e no inciso XV do art. 2º do Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a comissão de monitoramento e avaliação para monitorar e avaliar o conjunto das parcerias celebradas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP com as organizações da sociedade civil – OSCs – nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017.

Art. 2º – A comissão de monitoramento e avaliação será composta por: I – membros titulares:

a) Adalberto do Nascimento Reis – MASP: 1.199.992-7, desempenhando a função de presidente da comissão;  
b) Eduarda Ferreira Videira Guedes - 1.380.032-1; e  
c) Rubia Bechelene Melo – MASP: 1.218.584-9.

II – membros suplentes, na ordem correspondente dos membros titulares:

a) Nélito Gonçalves Teles – MASP: 1.154.209-9;  
b) Alexandre Alves Resende de Andrade – MASP: 1.141.796-1; e  
c) Maria Gabriela Silveira Mendes - MASP: 1.263.104-0.

§ 1º – Os membros titulares ou seus respectivos suplentes deverão participar de todas as reuniões da comissão de monitoramento e avaliação.

§ 2º – As reuniões ordinárias comissão de monitoramento e avaliação ocorrerão trimestralmente.

§ 3º – O membro da comissão de monitoramento e avaliação deverá se declarar formalmente impedido, caso tenha:

I – participado da comissão de seleção de parceria a ser monitorada e avaliada; ou

II – mantido relação jurídica, nos últimos cinco anos, com alguma das organizações da sociedade civil parceiras, tais como:

a) ser ou ter sido associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou trabalhador de OSC parceira;  
b) ser cônjuge ou parente, até segundo grau, inclusive por afinidade, dos dirigentes de OSC parceira;  
c) ter recebido, como beneficiário, os serviços de qualquer OSC parceira;  
d) ter efetuado doações para OSC parceira;  
e) ter interesse direto ou indireto na parceria; e  
f) ter amizade íntima ou inimizade notória com dirigentes da OSC parceira.

§ 4º – Na ausência ou impedimento de membro titular, o membro suplente deverá assumir todas as atribuições do titular ausente ou impedido, devendo os documentos da substituição serem anexados aos autos da parceria.

§ 5º – A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Art. 3º – Compete à comissão de monitoramento e avaliação, nos termos do art. 61 do Decreto nº 47.132, de 2017:

I – verificar os resultados do conjunto das parcerias, por meio da análise quantitativa e qualitativa dos instrumentos celebrados, das parcerias vigentes, dos relatórios de monitoramento e das prestações de contas anual apresentadas pelas OSCs parceiras;

II – propor o aprimoramento dos procedimentos, a padronização de objetos, custos e parâmetros;

III – produzir entendimentos voltados à priorização do controle de resultados; e

IV – homologar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação elaborados pelos gestores das parcerias no prazo previsto na legislação.

Parágrafo único – A análise de que trata o inciso I considerará, quando houver, os relatórios de visita técnica in loco e os resultados de pesquisas de satisfação.

Art. 4º – A comissão de monitoramento e avaliação terá mandato de 02 (dois) anos.

Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2024.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

08 1963664 - 1

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Guilherme Rasmussen Codinhoto, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar - PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 466/2023, publicado no Diário Oficial em 29 de novembro de 2023, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo único da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, REYLLER VOGEL DOS SANTOS - Masp 1.445.076-1, por se achar em local incerto e não sabido, para comparecer perante a Comissão, instalada na Sede da Diretoria Regional da 13ª RISP, rua Coronel Teodoro Gomes de Araújo, 1195, Grogoto, CEP 36202-628, Barbacena – MG, nos dias úteis, das 08:00 às 16:00 horas, telefone (32) 3332-2123, e-mail nucad13@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da

oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento de Processo Administrativo Disciplinar Simplificado em seu desfavor, acompanhar tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, constituir advogado, apresentar rol de testemunhas e defesa prévia, caso queira, para os fatos atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, estando sujeito as penalidades administrativas de repreensão ou suspensão, nos termos da Lei 869/1952, sob pena de REVELIA:

Barbacena, 04 de julho de 2024  
Guilherme Rasmussen Codinhoto  
MASP 1.379.045-6  
Presidente da Comissão

03 1961560 - 1

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

## Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS: 1) Eduardo Araújo Lima, Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho, Santa Cruz do Escalvado; Ponte Nova e Rio Doce, PA nº 1184/2024, Classe 2.

(a) Dorgival da Silva  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

08 1963691 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 06 (seis) anos:

1. Município de Alterosa, Estação de tratamento de esgoto sanitário, Alterosa/MG, PA nº 734/2024, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Associação Recicle Consciente em Bom Sucesso - ARCBS, Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos, Bom Sucesso/MG, PA nº 704/2024, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAZ/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Total Temper Indústria e Comércio Ltda., Tratamento térmico (têmpera) ou tratamento termooquímico, Varginha/MG, Processo nº 1143/2024. 2. Topada Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Baependi/MG, Processo nº 1173/2024. 3. Município de Andrelândia, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Andrelândia/MG, Processo nº 1153/2024. 4. Marco Antônio Camilo - Fazenda Campinho, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Cabo Verde/MG, Processo nº 1161/2024. 5. Jacarandá Empreendimentos Imobiliários Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Passos/MG, Processo nº 1159/2024. 6. Amado Bernardes de Souza, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Santa Rita de Caldas/MG, Processo nº 1166/2024.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1. Sonoco do Brasil Ltda., Moldagem de termoplástico não organoclorado, Alfenas/MG, Processo nº 871/2024, classe 3, Motivo: Insuficiência de informações que identifiquem o empreendimento.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas:

1. LAS - CADASTRO - Licenciamento Ambiental Simplificado: \*Posto Galo Branco Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Passos/MG, Processo nº 13/2024, Classe 2. Válida até: 05/01/2034, do responsável Posto Galo Branco Ltda. CNPJ 53.076.720/0001-05 para o novo titular Posto Cavallo Branco Ltda., CNPJ: 53.076.720/0001-05. \*Auto Posto Esperança Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Varginha/MG, Processo nº 44676548/2019, Classe 2. Válida até: 18/01/2029, do responsável Auto Posto Esperança Ltda. CNPJ 22.009.690/0001-82 para o novo titular Posto Super Tigre Ltda., CNPJ: 02.024.746/0008-37.

2) LAC 1 - Licença de Operação em caráter Corretivo: \*Santa Maria Participações Ltda., Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, São Thomé das Letras/MG, Processo nº 379/2023, Classe 3. Válida até: 30/10/2033, do responsável Santa Maria Participações Ltda. CNPJ 14.238.787/0002-10 para o novo titular Ronaldo Luiz da Cunha, CNPJ: 35.355.638/0001-20.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna pública a revogação das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- LAS CADASTRO - Licença Ambiental Simplificada: 1. Netzero Machado I Biochar Ltda., Formulação de adubos e fertilizantes, Machado/MG, Processo nº 462/2024. Classe 1. Motivo: A pedido do empreendedor.

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1. Mineradora Sucuri Ltda., Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho, Cordislândia e Turvolândia/MG, Processo nº 4771/2021, Classe 2. Motivo: Perda de Objeto.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

08 1963631 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAC 2 - Licença de Operação Corretiva: 1) White Stone Mineração Ltda.- Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento e Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos - Bocaiuva/MG, PA/ nº 1013/2024 ANM 830.945/2013 - Classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº. 2090.01.0020009/2024-15.

(a) Mônica Veloso de Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

08 1963429 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foram apresentados EIA/ RIMA, e que os estudos ambientais se encontram à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consultaaudiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Mateus Romão Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

\*Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e de Operação (LAC1): 1) Agrocity Mineração Ltda., extração de rocha para produção de britas; unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco; pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos (gnaisse), ANM/Nº 832.929/2011, Caeté/MG, Processo nº 1183/2024, classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado. Processo SEI/Nº 2090.01.0007381/2023-19. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (15,5989 ha).

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

\*Licença Ambiental Simplificada (LAS RAS): 1) Expansão da capacidade produtiva para a retomada das pilhas de Serrinha/Vale S.A., reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito (minério de ferro), ANM nº 004.574/1961 e 005.225/1955, Brumadinho/MG, Processo nº 1190/2024, classe 2.

(a) Mateus Romão Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

08 1963475 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS:

1) SPE Mines & Bentes & Almeida Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento e Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco - Salinas/MG - PA/nº 1188/2024, Classe 2.

(a) Mônica Veloso de Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

08 1963422 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que foi DEFERIDO o requerimento das transferências de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

1) c, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Ponto dos Volantes/MG, PA nº 644/2020, válida até 08/02/20231, do responsável Aderli dos Santos & Cia Ltda, CNPJ nº: 03.149.551/0002-90, para o novo titular Posto De Combustíveis Souza & Souza, CNPJ nº 06.283.330/0002-07.

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 129ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCbU1iAb462m8py3C1jsJl4w> no dia 04 de julho de 2024, às 14h, a saber: 5. Exame da Ata da 128ª RO de 01/02/2024. APROVADA. 6. Processos Administrativos para exame do Recurso ao indeferimento do processo de regularização ambiental : 6.1 Mineração Magela Ltda. - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Gouveia/MG - Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS) - PA/SLA/ Nº 2702/2022 - Classe 3. Apresentação: URA JEQ. INDEFERIDO . 6.2 Mais Construtora Ltda. - Usina de produção de concreto asfáltico - Serro/MG - Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS) - PA/SLA/Nº 1823/2023 - Classe 2.

Apresentação: URA JEQ. INDEFERIDO . 6.3 Minerang Mineração de Manganês Ltda. - Lavra a céu aberto - Minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Serro/MG -Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - PA/SLA/Nº 1892/2022 - Classe 2. Apresentação: URA JEQ. PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Laila Tupinambá Mota representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e Fernanda Barbosa Xavier representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). 6.4 Sentinela Florestas de Minas Ltda. - Silvicultura - Berilo, Carbonita, Chapada do Norte, Diamantina, Leme do Prado, Minas Novas, Senador Modestino e Turmalina/MG - Licença de Operação Corretiva - PA/Nº 26182/2015/001/2016 - PA/SEI/Nº1370.01.0008538/2021-22 - Classe 3. Apresentação: URA JEQ. DEFERIDO . 7. Processo administrativo para exame do Recurso ao indeferimento de processo de intervenção ambiental:7.1 Carlos Roberto Tadeu de Almeida - Turmalina/ MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0016830/2022-44 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 11.7579 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado Sensu Stricto. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Jequitinhonha. PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Luiz Rodolfo Antunes Quadresma representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e Cleberty José Rodrigues Ferreira representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

(a) Eliana Piedade Alves Machado

Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha

08 1963657 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 01) Lactoval Laticínios Ltda, Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido; fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Patos de Minas/MG, PA nº. 1036/2024, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ilídio Lopes Mundim Filho.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba.

08 1963607 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba torna público que foi REQUERIDA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Iamaguti Agronegócios Ltda/Fazenda Conquista, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Campos Altos/MG, PA nº. 1186/2024, Classe 2.

(a) Ilídio Lopes Mundim Filho.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba.

08 1963606 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LAS RAS: 1) Gilberto G de A Viana., Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Lavra subterrânea pegmatitos e gemas, São José da Safira/ MG, PA/Nº 1185/2024, Classe 2.

- LAC 1 (LO+LI+LO): 1) GSM Mineração Ltda., Lavra a céu aberto - Minério de ferro, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Barão de Cocais/MG, PA/Nº 1192/2024, Classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado – PA SEI/Nº 2090.01.0014801/2024-78.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste de Minas.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que o indeferimento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS RAS: 1) ECG Serviços e Consultoria Ltda./ Maria Lavadeira, Lavanderias industriais para tingimento e/ou amaciamento e/ou outros acabamentos químicos e/ou lavagem a seco que utilizem solventes orgânicos, Ipatinga/MG, PA/Nº 2836/2023, Classe 3. Motivo: ausência de medidas de controles ambientais necessárias à operação do empreendimento.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas

08 1963635 - 1

**O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na Modalidade Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Verde Transmissão de Energia S.A./Canteiro de Obras - LUIZLANDIA-LT - Usinas de produção de concreto comum - João Pinheiro/MG. Processo: 1191/2024.2) CESBE SA Engenharia e Empreendimentos - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Unai/MG. Processo: 1177/2024.**

(a) Ricardo Barreto Silva.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

08 1963559 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Ouro Verde Mineração e Florestas Ltda./Fazenda Nove Fios e Holy Wood, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção e Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, São João do Paraíso/MG, PA/ SEI nº 2090.01.0011944/2024-05. Classe 3. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura: 01/07/2024.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

08 1963640 - 1

## Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

ATO IGAM Nº 15, DE 8 DE JULHO DE 2024  
O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso das suas atribuições que lhe conferem o art. 1º do Ato do Secretário Executivo do COPAM/CERH-MG nº 2, de 31 de janeiro de 2024, e o art. 2º do Ato do Secretário Executivo do COPAM/CERH-MG nº 1, de 31 de janeiro de 2024, designa a servidora NATHÁLIA MILAGRE HAZAN, MASP 752.470-5, para exercer a presidência da 23ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal - CNR do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG, a ser realizada em 19 de julho de 2024.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2024.

Marcelo da Fonseca

Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

08 1963416 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga do Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

\*Processo: 21501/2024, Empreendimentos: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – Usuários de Poços Tubulares: Alexandre de Aguiar Rocha, Antônio Marcelo de Araújo Salgado, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG, CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Edvaldo Marques Araújo, Fazenda Nova Esmeraldas Ltda, Fernando César dos Santos Moura, Lúcia Helena de Oliveira Santos, Maurício Barata Diniz, Pecuária Açacarema S/A, Prefeitura Municipal de São João da Ponte, R.L.A.G. Agricultura e Pecuária Ltda, Roberto José da Silva, Rodolfo Giannetti Geo, TF Agronegócios Ltda, Municípios: São João da Ponte e Capitão Enéas, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 00370/2024.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa NORTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br). Belo Horizonte, 08 de Julho de 2024.

08 1963609 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas da URGa Noroeste de Minas, no uso da competência estabelecida no Artigo 9º do Decreto 47.866 de 19 de fevereiro de 2020, delegada pela Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

\*Processo nº 11508/2024, Usuário: Dilson Barbosa de Brito, Unai, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1703108/2024.\*Processo nº 26263/2024, Usuário: Delvo Candido Alves, Jeferson Ricardo Applet, Paracatu, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1703109/2024.\*Processo nº 63127/2022, Usuário: Carlos Renato Gurgel, Unai, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1703111/2024.\*Processo nº 22068/2024, Usuário: Daniel José Braga, Paracatu, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1703112/2024. Os Process